

MANUAL COMPLETO DA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE

All Print Editora – 2ª Edição - Autor: José Ricardo Rezende

SUMÁRIO DO MANUAL

COMENTÁRIOS À 2ª EDIÇÃO

PREFÁCIO

APRESENTAÇÃO

CAPÍTULO 1

DOS INCENTIVOS AO DESPORTO E SEUS ASPECTOS TRIBUTÁRIOS

INTRODUÇÃO

Relações Intersectoriais (1º, 2º e 3º Setor)

Convergência de interesses

Responsabilidade administrativa

Aceleração do crescimento no setor desportivo

Lógica das leis de incentivo

Novos patamares para o esporte

Legitimidade da política de incentivo por via do benefício fiscal

CENÁRIO DA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE

Proponente

Apoiadores potenciais

Governo Federal

METODOLOGIA DE ESTUDO ADOTADA NESTE MANUAL

Enunciados

Reprodução da legislação

Comentários pontuais

Normas correlatas

Ilustrações

Roteiro para elaboração de projetos desportivos – preenchimento dos formulários

Elementos e fases de tramitação do projeto desportivo

Estratégias para captação de recursos para projetos aprovados

Texto integral da legislação e demais atos normativos

POSSIBILIDADES DA DESTINAÇÃO DOS INCENTIVOS AO DESPORTO

MODALIDADES ESPORTIVAS BENEFICIADAS

Definição enciclopédica do termo “esporte” na atualidade

DIFERENÇA ENTRE PROJETOS DESPORTIVOS E PARADESPORTIVOS

Esportes adaptados

PRAZO, FORMA E PESSOAS AUTORIZADAS AOS DISPÊNDIOS

Prazo de validade

Renúncia fiscal x Incentivo fiscal de dedução

Gastos tributários (benefício tributário)

Pessoas jurídicas (PJs) tributadas com base no lucro real

Conceito de lucro

Pessoas jurídicas obrigadas à apuração do lucro real

Pessoas jurídicas optantes pela apuração do lucro real

Perfil das pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real

Pessoas jurídicas excluídas do gozo do incentivo fiscal ao esporte

Seleção dos possíveis apoiadores PJ/lucro real

Competência do contador para análise da viabilidade da dedução

LIMITE DE 1% DE DEDUÇÃO EM FACE DA PESSOA JURÍDICA – PJ

Período de apuração anual ou trimestral

Apuração trimestral (definitiva)

Dedução do incentivo no imposto apurado definitivamente (trimestral)
Momento da destinação do incentivo e dedução (apuração trimestral)
Não acumulação da dedução na apuração trimestral
Apuração anual (por estimativa)
Dedução do incentivo no imposto apurado por estimativa (anual)
Acumulação da dedução no período de apuração anual
Dedução do incentivo no final do período de apuração anual
Período de apuração excepcional
Limites da dedutibilidade
Vedação de dedução em relação ao adicional do imposto de renda
Vedação de dedução em relação a créditos oriundos do exterior
Dedução integral e inexistência de contrapartida
Comprovação do apoio (doação ou patrocínio)
RESTRIÇÕES RELATIVAS À DEDUÇÃO EM RELAÇÃO À PESSOA JURÍDICA
Não classificação como despesa operacional
Incentivos fiscais de dedução, redução e isenção de imposto
LIMITE DE 6% DE DEDUÇÃO EM FACE DA PESSOA FÍSICA – PF
Declaração completa do IRPF
Não interferência em relação às deduções de redução do IRPF (saúde, educação e outras)
Momento do apoio x dedução (antecipação do recolhimento)
Cumulatividade da dedução pela pessoa física em face de outras formas de incentivo
Valor do apoio acima do limite de dedução (6%)
Importância em instruir corretamente o apoiador pessoa física
Comprovação do apoio
BENEFÍCIO EXCLUSIVO PARA INCENTIVO AO ESPORTE PELA PESSOA JURÍDICA
Exclusividade e não cumulatividade da dedução de incentivo ao esporte
Solução do conflito entre esporte e cultura
Limites individuais e coletivos dos incentivos em relação ao imposto devido
Limite coletivo e limite individual
Planejamento tributário das deduções fiscais
Responsabilidade social e marketing esportivo
Peça chave da mecânica do incentivo
VALOR MÁXIMO ANUAL DAS DEDUÇÕES
Valor absoluto anual
VINCULAÇÃO DA DEDUÇÃO EM RAZÃO DE MANIFESTAÇÕES DESPORTIVAS ESPECÍFICAS
Limites por manifestação desportiva
Valores absolutos já definidos e sua respectiva vinculação
VEDAÇÃO DA DEDUÇÃO EM BENEFÍCIO DE PESSOA VINCULADA AO APOIADOR
Identificação da vinculação
Benefício direto ou indireto
Benefício direto
Benefício indireto
Benefício direto de pessoa física
Benefício indireto de pessoa física
Benefício direto de pessoa jurídica
Benefício indireto de pessoa jurídica
Síntese das vinculações
Vinculação entre apoiador (PF/PJ) e pessoa jurídica (benefício direto e indireto)
Vinculação entre apoiador (PF/PJ) e pessoa física (benefício indireto)
Vinculação da empresa coligada (controladora ou controlada)
Critério para conceituar o que sejam diretores ou administradores da pessoa jurídica
Questionário para identificação das vinculações impeditivas
QUEM PODE APRESENTAR PROJETOS DESPORTIVOS (PROPONENTE)
Pessoas jurídicas de direito público e sua natureza desportiva

Pessoas jurídicas de direito privado e sua natureza desportiva
Identificação das pessoas jurídicas habilitadas para funcionar como proponente
ONG, OSCIP, OS
Pessoas excluídas da condição de proponente
INEXIGIBILIDADE DE CHANCELA DE CONFEDERAÇÃO/FEDERAÇÃO ESPORTIVA
APOIO DIRETO
Inexistência de convênio
Diferença entre apoio direto e indireto
Lei de incentivo e sua funcionalidade semelhante ao convênio
Considerações sobre o Decreto nº 6.170/07 e Portaria Interministerial nº 127/08 (SINCOV)
COMO SE EFETIVA O PATROCÍNIO OU A DOAÇÃO
Patrocínio (apoio explícito)
Patrocinador
Doação (apoio reservado)
Doador
Patrocínio x Doação
Definição da forma de captação (patrocínio ou doação)
Patrocínio na forma de numerário
Doação na forma de numerário
Patrocínio na forma de cobertura de gastos
Patrocínio na forma de utilização de bens, móveis ou imóveis
Doação na forma de bens (móveis ou imóveis)
Doação na forma de serviços
Formalização e valoração do apoio na forma de bens e serviços
Vantagem do apoio na forma de bens e serviços
Doação na forma de distribuição gratuita de ingresso
CRITÉRIOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE INGRESSOS
Operacionalização da distribuição gratuita de ingressos
Funcionalidade desta forma de captação
Jogos de exibição (amistosos)
Interesse do proponente
IMPLICAÇÕES QUANTO À DIVERSIDADE DE FORMAS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS
Captação ampla e diversificada
PROCEDIMENTOS DISCIPLINADORES DO INCENTIVO AO ESPORTE
Atos normativos
Considerações sobre a Instrução Normativa STN nº 01/97

CAPÍTULO 2 **DA COMISSÃO TÉCNICA**

COMPETÊNCIA PARA ANÁLISE E APROVAÇÃO DOS PROJETOS DESPORTIVOS
Enquadramento do projeto desportivo
Ato de designação da Comissão Técnica
Conselho Nacional do Esporte – CNE
COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO
PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO
Vinculação da presidência aos representantes governamentais
PODERES DO PRESIDENTE DA COMISSÃO
Voto comum e de qualidade
ESTRUTURA DE TRABALHO
Coordenadoria Geral da Lei de Incentivo ao Esporte
MEMBROS DA COMISSÃO TÉCNICA
Agentes honoríficos
Responsabilidade penal

PAGAMENTO DE DESPESAS NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

Diárias e passagens

PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES

Calendário de reuniões

Pauta das sessões

DISTRIBUIÇÃO E RELATORIA DOS PROJETOS DESPORTIVOS

Definição do relator

VOTAÇÃO DOS PROJETOS

Dinâmica das sessões e situações possíveis

Pedido de vista

Fixação de prazo de captação

Diligências requeridas pela Comissão Técnica

Vedação de abstenção

IMPEDIMENTO LEGAL

QUORUM E AUSÊNCIAS

Quorum de reunião

Quorum de aprovação

Ausência do relator

ATA DA SESSÃO DE VOTAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO RESULTADO AO PROPONENTE

Ata da sessão

Comunicação do resultado

CAPÍTULO 3

DOS PROJETOS DESPORTIVOS

O QUE É O PROJETO DESPORTIVO

Amplitude de finalidades

Implementação do desporto

Prática do desporto

Ensino do desporto

Estudo do desporto

Pesquisa do desporto

Desenvolvimento do desporto

ENQUADRAMENTO ESPECÍFICO QUANTO À MANIFESTAÇÃO ATENDIDA

Manifestações desportivas

Enquadramento do projeto em apenas uma manifestação desportiva

Pertinência do enquadramento e parecer técnico

Enquadramento insatisfatório

DESPORTO EDUCACIONAL

Definição original

Público beneficiário

Vinculação com instituição de ensino

Destinação

PROJETO DESPORTIVO EDUCACIONAL E COTA MÍNIMA

Alunos do sistema público de ensino

DESPORTO DE PARTICIPAÇÃO

Definição original

Caracterização

Destinação

DESPORTO DE RENDIMENTO

Definição original

Caracterização

Destinação

Vinculação ao Sistema Nacional do Desporto

PIRÂMIDE DAS MANIFESTAÇÕES DESPORTIVAS

Encadeamento das manifestações

Satisfação pessoal x Reconhecimento social

Visibilidade das manifestações esportivas

VEDAÇÃO DE PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO DE ATLETAS PROFISSIONAIS

Remuneração

Obrigatoriedade de organização de modo profissional

Caracterização do atleta profissional

Pagamento de atletas não profissionais (contradições e conseqüências)

Bolsa de aprendizagem para o atleta não profissional em formação

VEDAÇÃO DE DESPESAS COM ATIVIDADES DESPORTIVAS PROFISSIONAIS

Manutenção de equipes desportivas profissionais

Organização de competições profissionais

Equívocos sobre o profissionalismo no esporte

PROJETOS DESPORTIVOS DE AÇÃO CONTINUADA

Ação continuada

Projetos vinculados ao desporto educacional e de participação (02 anos)

Projetos vinculados ao desporto de rendimento (04 anos)

CAPÍTULO 4

DO CADASTRAMENTO DOS PROPONENTES E DA APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS

CADASTRAMENTO ELETRÔNICO

Inserção das informações

Login, nº de cadastro e senha de acesso

Informações adicionais

Informações requeridas no cadastramento eletrônico

Regularidade cadastral

Atualização dos dados

Entidade desportiva com mais de um CNPJ

Usuário inativo

Cadastramento de pessoas jurídicas inabilitadas

COMPOSIÇÃO Do projeto desportivo E SEU FORMULÁRIO OFICIAL

Estruturação do projeto desportivo

DESCRIÇÃO DO PROJETO DESPORTIVO

Documentação obrigatória

Comprovação de funcionamento do proponente há, no mínimo, 1 ano

Comprovação de preços e parâmetros de valores (documentação necessária)

COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA OPERATIVA DO PROPONENTE

Aptidão do proponente para execução do projeto

Informações anexas

Atividades regulares e habituais do proponente (capacidade presumida)

EXIGÊNCIAS ADICIONAIS QUANTO À OBRA OU SERVIÇO DE ENGENHARIA

Documentação técnica

Construção, reforma ou ampliação

Elementos constitutivos obrigatórios do projeto básico de obras de engenharia

Seqüência de procedimentos

Estudos técnicos preliminares (viabilidade e anteprojeto)

Projeto básico

Exigência posterior de alvarás, autorizações e licenças (projeto executivo)

Recomendações do Tribunal de Contas da União (Cartilha de Obras Públicas)

Elementos do projeto básico

Outros requisitos a serem observados no projeto básico

Detalhamento do custo global da obra

Projeto básico deficiente
Projeto Executivo
Manual de Obras Públicas do Ministério do Planejamento
Projeto desportivo exclusivo para obras de engenharia
Destinação do imóvel após investimento público
COMPROVAÇÃO DA PROPRIEDADE DO IMÓVEL EM CASO DE CONSTRUÇÃO OU REFORMA
Título de propriedade e certidão de registro de imóveis
Cláusula de inalienabilidade
Cessão de uso de terreno público
VEDAÇÃO DE PROJETO DESTINADO À AQUISIÇÃO DE IMÓVEL
Bloqueio de análise
Doação de imóveis
PARECER DE ENGENHEIRO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL
Viabilidade do projeto
ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DA OBRA
Previsão de despesa
Fiscalização pela Caixa Econômica Federal
DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR
Lei nº 9.615/98, art. 18
Sistema Nacional do Desporto – SND
Lei nº 9.615/98, art. 23
DESPESAS ADMINISTRATIVAS
Atividade-meio x Atividade-fim (como identificar corretamente uma despesa)
Mapeamento das despesas
Previsão específica e conjunta das despesas administrativas no orçamento do projeto
Despesas estritamente para manutenção da entidade desportiva
ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS
Custos indiretos
Definição de encargos sociais
Definição de encargos trabalhistas
Cálculos
Contrato de trabalho a prazo determinado
SERVIÇOS DE PRODUÇÃO (ELABORAÇÃO DE PROJETOS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS)
Contratação de profissionais especializados
Práticas de mercado
Escalonamento da remuneração dos serviços de produção
Cálculo do montante dos serviços de produção
Captação exclusiva junto às pessoas físicas
PROIBIÇÃO DE PAGAMENTO DE INTERMEDIACÃO
Intermediação
Serviços de elaboração de projetos ou captação de recursos
PROIBIÇÃO DE DESPESAS COM PUBLICIDADE EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO
Despesas com mídia
Material promocional e de divulgação
RECEITAS DO PROJETO DESPORTIVO
Previsão de receitas
Omissão de receitas
PROIBIÇÃO DE COBRANÇA EM FACE DOS BENEFICIÁRIOS
Princípio da gratuidade
Prática de atividade regular desportiva
CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE
Pessoas idosas
Pessoas portadoras de deficiência

Demonstração do atendimento
Projetos paradessportivos
DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AOS PROJETOS DESPORTIVOS

CAPÍTULO 5 **DA ANÁLISE E APROVAÇÃO DOS PROJETOS**

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DO PROJETO DESPORTIVO

Regulamentação pelo Ministério do Esporte

Portarias Ministeriais

ENCAMINHAMENTO DOS PROJETOS DESPORTIVOS

Protocolo direto no Ministério do Esporte

Remessa pelo Correio

Período de protocolo

Informações sobre o projeto

TRAMITAÇÃO DOS PROJETOS DESPORTIVOS

Avaliação preliminar

INADIMPLEMENTO NO SIAFI E/OU APRESENTAÇÃO INCORRETA DA DOCUMENTAÇÃO

Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)

Apresentação incorreta da documentação

Saneamento de pendência

PARECER DA SECRETARIA FINALÍSTICA

Viabilidade técnica

Viabilidade orçamentária

Atestamento de capacidade técnico-operativa

Determinação de diligências

TRAMITAÇÃO PRIORITÁRIA

Declaração de apoio (patrocínio ou doação)

Calendário esportivo oficial

Renovação de projeto executado ou em execução

DILIGÊNCIAS

Obstrução no andamento do projeto

Não cumprimento de diligência

PARÂMETROS PARA ANÁLISE DOS PROJETOS

Parâmetros de não concentração

Não concentração por proponente

Não concentração por modalidade desportiva

Não concentração por manifestação desportiva

Não concentração por regiões geográficas nacionais

Capacidade técnico-operativa do proponente

Inexistência de outro patrocínio, doação ou benefício específico

INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DO ESPORTE

Atendimento às comunidades em situações de vulnerabilidade social

LIMITAÇÕES QUANTO AO NÚMERO DE PROJETOS POR PROPONENTE

Seis projetos por ano-calendário

MOTIVOS DETERMINANTES PARA A NÃO APROVAÇÃO DE PROJETOS

Destinados a circuitos privados

Seleção de atletas

Comprovada capacidade de atrair investimentos

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Recurso administrativo

Prazo para interposição

Análise do pedido de reconsideração

Irrecorribilidade do julgamento do pedido de reconsideração

Alteração no projeto original
DEVOLUÇÃO DOS PROJETOS
Atendimento tempestivo de diligência
Indeferimento do projeto ou do pedido de reconsideração

CAPÍTULO 6 DA CAPTAÇÃO

EFICÁCIA DA APROVAÇÃO E PUBLICAÇÃO

Projeto aprovado e autorizado para captação
Comprovação da aprovação do projeto
Valor autorizado para captação
Especificação se patrocínio ou doação
Período de captação
Exemplo de publicação de autorização no Diário Oficial da União
Verificação da correta publicação do extrato

VEDAÇÃO DE CAPTAÇÃO EXCEDENTE AO VALOR AUTORIZADO

Controle dos depósitos pelo proponente
Mecanismos de controle pelos bancos
NECESSIDADE DE PLENA REGULARIDADE FISCAL E TRIBUTÁRIA DO PROPONENTE

Previsão de certidões

APROVAÇÃO PARCIAL

Liberdade de apreciação

INÍCIO DA CAPTAÇÃO

Período autorizado

Plano de captação

CONTA CORRENTE PARA CAPTAÇÃO DOS RECURSOS

Vinculação a bancos com controle acionário da União
Valores não dedutíveis por procedimento irregular de depósito
RESPONSABILIDADE PELA ABERTURA DAS CONTAS CORRENTES
Obrigação do Ministério do Esporte
Tipos de agência

CONTA CORRENTE BLOQUEADA E DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO

Procedimento de regularização da conta bloqueada
Autorização de acesso exclusivo do Ministério do Esporte à conta bloqueada
Delegação de competência
Efetivação da abertura da conta corrente de livre movimentação

COMUNICAÇÃO SOBRE A CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Prazo e forma de comunicação pelo proponente

Emissão em 03 vias

Obrigação subsidiária dos bancos

EXCLUSIVIDADE DA CONTA BANCÁRIA EM RAZÃO DO PROJETO

Movimentação específica

INÍCIO DE EXECUÇÃO COM CAPTAÇÃO PARCIAL

Execução com captação parcial e encerramento de prazo (ajustamento)

Execução com captação parcial e continuidade de prazo (readequação)

Procedimento na readequação

Fracionamento do projeto

PRORROGAÇÃO DE PRAZO EM CASO DE NENHUMA CAPTAÇÃO OU CAPTAÇÃO PARCIAL

Encerramento do primeiro período de captação sem início de execução

Encerramento do primeiro período de captação com início de execução

Período não autorizado

Encerramento geral de prazo e captação insuficiente

Diferença entre plano de trabalho ajustado x readequado
TERMO DE COMPROMISSO
Desbloqueio de recursos
Renovação de projetos
Rescisão voluntária do Termo de Compromisso (desistência do proponente)
Rescisão motivada do Termo de Compromisso (pelo Ministério do Esporte)
Foro judicial competente

CAPÍTULO 7 DA EXECUÇÃO

MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS
Gestão vinculada através da conta de livre movimentação
PAGAMENTO APENAS DAS DESPESAS AUTORIZADAS
Operações bancárias
Vedação de saques em dinheiro
Restrição de remanejamento
APLICAÇÃO DOS RECURSOS NO MERCADO FINANCEIRO
Aplicação dos recursos da conta bloqueada
Aplicação dos recursos da conta de livre movimentação
Liberdade relativa para destinação dos rendimentos
Restrições para destinação dos rendimentos
CONCILIAÇÃO BANCÁRIA DA CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO
Comprovação de sua regular aplicação
Cópia de extratos
REALIZAÇÃO DE DESPESAS
Vedação de pagamento de despesas pré-existentes
Vedação expressa da antecipação do pagamento dos serviços de produção
Vedação de antecipação de pagamento
AQUISIÇÃO DE BENS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS POR ENTIDADES DE NATUREZA PRIVADA
Busca da melhor proposta
Princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade
COTAÇÃO PRÉVIA DE PREÇOS
Procedimentos específicos
DISPENSA DA COTAÇÃO PRÉVIA DE PREÇOS
Casos excepcionais
Serviços técnicos profissionais especializados
Cessão de direitos patrimoniais pelo autor
PADRONIZAÇÃO DO CONTRATO CELEBRADO ENTRE PROPONENTE E FORNECEDORES
Vinculação ao resultado da cotação prévia de preços
FORMALIZAÇÃO DE CADA PROCESSO DE COMPRA
Comprovação de regularidade procedimental
CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS EM LÍGUA PORTUGUESA
Materiais e equipamentos importados
CONSIDERAÇÕES SOBRE O PREGÃO ELETRÔNICO
Leilão reverso
Não obrigatoriedade em face do proponente de natureza privada
AQUISIÇÃO DE BENS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS POR ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Pregão eletrônico e entes públicos
EMIÇÃO DOS COMPROVANTES DE PAGAMENTO EM NOME DO PROPONENTE
Identificação das notas fiscais
Pagamento de autônomos (RPA)

Carimbos dos documentos
Quitação
REMANEJAMENTO DE RECURSOS
Readequação e ajustamento de projetos com remanejamento de recursos
Aprovação prévia pela Comissão Técnica
PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO PROJETO
Pedido fundamentado
Aditamento do Termo de Compromisso

CAPÍTULO 8 **DO ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO, PRESTAÇÃO DE CONTAS E FISCALIZAÇÃO**

SIGILO BANCÁRIO RELATIVO
Monitoramento
QUALIDADE DE RECURSO INCENTIVADO
Depósito vinculado
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
Compromisso público
Eficiência na utilização dos recursos
DELEGAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO TÉCNICA
Avaliação “in loco”
PERÍODO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO TÉCNICA
Sujeição à fiscalização do TCU
PERÍCIA NOS PROJETOS DESPORTIVOS
OBRIGAÇÃO DE PRESTAR CONTAS AO MINISTÉRIO DO ESPORTE
Previsão constitucional
Prazo para apresentar a prestação de contas final
PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL
Necessidade de prestação de contas parcial
PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL
Procedimentos
Repercussão do projeto
Arquivamento dos documentos originais
Recolhimento do saldo residual
FORMULÁRIOS OFICIAIS PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS
Modelos oficiais
LAUDO DE AVALIAÇÃO
Aspecto técnico
Aspecto financeiro
PRAZO MÁXIMO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS
Prazo complementar
INADIMPLÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS
Cadastramento no SIAFI
Demais conseqüências
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Apuração de irregularidades e seus responsáveis
Dever funcional de instauração da tomada de contas especial
SITUAÇÕES DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Encaminhamentos
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL NO ÂMBITO DO TCU
Tribunal de Contas da União – TCU
FISCALIZAÇÃO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
DEFINIÇÃO DAS INFRAÇÕES
Desvio de finalidade
Adiamento, antecipação ou cancelamento, sem justa causa

PENALIDADES

Responsabilidade solidária do proponente

DIFICULTAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO GOVERNAMENTAL

Colaboração na fiscalização

TRANSPARÊNCIA ADMINISTRATIVA

Divulgação pelo TCU

DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS PELO MINISTÉRIO DO ESPORTE

Divulgação no site do Ministério do Esporte

MANUAL DE IDENTIDADE VISUAL

Critérios de inserção

Alcance a projetos culturais e de produção audiovisual

MONITORAMENTO DO VOLUME DE RECURSOS DESTINADOS A PROJETOS

DESPORTIVOS

Declaração de benefícios fiscais

RELATÓRIOS OFICIAIS PARA O CONGRESSO NACIONAL

Informações sobre a utilização dos recursos incentivados

Comando válido também para a Lei de Incentivo à Cultura

CAPÍTULO 9

ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DESPORTIVOS - PREENCHIMENTO DOS FORMULÁRIOS

GUIA PRÁTICO PARA DESCRIÇÃO DO PROJETO DESPORTIVO

Passo a passo

Montagem do projeto desportivo

NÚMERO DE CADASTRO DO PROPONENTE

Login

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título

Proponente

CNPJ

Nome do Titular ou Responsável Legal do Proponente

Constituição de procurador

Manifestação desportiva

Local (is) de execução do projeto

PERÍODO DE EXECUÇÃO PREVISTO

Início e término

Planejamento do projeto desportivo

Redução de prazo na tramitação prioritária

Período de captação e realidade dos apoiadores

Projetos de execução atemporal

BREVE IDENTIFICAÇÃO DO PÚBLICO BENEFICIÁRIO

Público Alvo (diretamente beneficiado)

Faixa etária

Estimativa de público (alvo)

PEDIDO DE AVALIAÇÃO

Datação e assinatura

DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS

Definição do objeto (finalidade e destinação)

Resumo seqüencial

Exemplos

Devida adequação à manifestação desportiva citada

Exemplos

Delimitação e especificação dos atendidos

Exemplos

Resultados esperados (objetivos específicos)

Exemplos

DESCRIÇÃO DA JUSTIFICATIVA

Por que se propõe o projeto e sua importância para o desenvolvimento do esporte

Projetos de interesse educacional desportivo

Projetos de interesse social desportivo

Uso de indicadores estatísticos (cenário de intervenção)

Projetos de interesse de rendimento esportivo

Uso de indicadores esportivos

Atlas do esporte no Brasil

Dicionário Enciclopédico Tubino do Esporte

Conveniência de utilização de apoio financeiro com recursos da Lei nº 11.438/06

Exemplos

Demonstração da capacidade técnico-operativa

Resumo seqüencial

DESCRIÇÃO DAS METAS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS

Metas

Metas quantitativas relacionadas ao público beneficiado

Critérios para seleção e ingresso

Metas qualitativas relacionadas ao público beneficiado

Outras metas

Projetos desportivos educacionais

Metas de acessibilidade

Reflexos em outros públicos ou regiões do País

Projetos de engenharia

Projetos de organização de eventos esportivos

Projetos de participação em eventos esportivos

Exemplos

Monitoramento e avaliação

DESCRIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Procedimentos, técnicas e instrumentos a serem utilizados

Viabilidade e aprovação do plano de trabalho

Memorial descritivo (Recapitulação do projeto)

Exemplo

Detalhamento das fases de execução

Exemplo

CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Políticas públicas para o esporte

Doutrina e manifestos em prol do esporte

Acordos de cooperação e reservas de locação

Carta de vínculo (anuência)

Projetos de engenharia

AÇÕES NECESSÁRIAS PARA COLOCAR O PROJETO EM FUNCIONAMENTO

Nota sobre instalações físicas

Despesas com alimentação (complementação x suplementação)

Despesas na área de medicina

Despesas com ações paralelas (não desportivas)

Compensação ambiental

Nota sobre ação de capacitação e promoção de seminários, congressos e afins

Memória de cálculo

Integração com os formulários XI e XII (espelhamento)

Despesas administrativas e serviços de produção

ENUMERAÇÃO, DENOMINAÇÃO, DESCRIÇÃO E PRAZO DAS AÇÕES

Exemplo

Seqüenciamento das ações necessárias

RESUMO DAS FONTES DE RECURSOS PARA O FINANCIAMENTO DO PROJETO

Previsão de outros recursos e receitas

Inclusão das estratégias de ação para outras fontes de recursos

Execução do projeto com financiamento exclusivo pela Lei nº 11.438/06

DETALHAMENTO DAS FONTES DE RECURSOS PARA O FINANCIAMENTO DO PROJETO

Detalhamento dos outros recursos e receitas

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Dimensionamento temporal do custo do projeto

Período de execução

Projetos de execução atemporal

Custo estimado por ação

ORÇAMENTO ANALÍTICO POR AÇÃO

Orçamento analítico

Detalhamento do item ou serviço que será contratado / utilizado

Unidade de medida

Classificação das despesas (correntes/custeio x de capital/investimentos)

Posicionamento das despesas (atividade-fim x atividade-meio)

Evite indicação genérica de item de despesa

Vedação da indicação de marca

Itens importados

Despesas com identificação visual

Material promocional de divulgação do projeto

Despesas compostas (kits)

Pagamento de taxas

Previsão de despesas por estimativa

Defasagens no orçamento apresentado

Comprovação de preços compatíveis com o mercado

Regra da apresentação de três orçamentos

Exceção à regra de três orçamentos

Locação x aquisição

Contratação de pessoal

Contratação de pessoa certa e determinada

Contratação direta x contratação terceirizada

Contratação de estagiários

Passagens aéreas

Despesas de expediente do projeto desportivo

Enquadramento nos parâmetros estabelecidos pelo Ministério do Esporte

Validade dos orçamentos apenas para composição do custo do projeto

Viabilidade orçamentária

Projetos de engenharia.

Planilha de preços pesquisados (comparativo de orçamentos)

ORÇAMENTO ANALÍTICO POR ORDEM ALFABÉTICA

Reorganização de A-Z

ALERTA QUANTO À FORMA DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Especificações

DISFUNÇÕES MAIS FREQUENTES REPORTADAS NAS DILIGÊNCIAS

CAPÍTULO 10

ELEMENTOS E FASES DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DESPORTIVO

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

Protocolo e correta apresentação dos documentos

Viabilidade técnica e orçamentária

Atestamento da técnico-operativa

CONFERÊNCIA DO ATENDIMENTO DE TODOS OS REQUISITOS PARA REMESSA DO PROJETO

Check-list do projeto desportivo

DETALHAMENTO DA TRAMITAÇÃO DO PROJETO DESPORTIVO (PRÉ-APROVAÇÃO)

VISÃO GERAL DO SEQUENCIAMENTO DO PROJETO DESPORTIVO DEPOIS DE APROVADO

MODELO DE CONTRATO DE FORMAÇÃO DESPORTIVA PARA “ATLETA NÃO PROFISSIONAL”

CAPÍTULO 11

ESTRATÉGIAS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA PROJETOS APROVADOS

REGRAS DE IDENTIDADE VISUAL DO PROJETO

ABORDAGEM DOS APOIADORES

Cópia da publicação no Diário Oficial da União

Conta corrente de captação

Reunião das informações

MEIOS DE DIVULGAÇÃO DO PROJETO

Apresentação através de meio impresso

Distribuição de informação por e-mail e mídia eletrônica (CD)

Publicação em site

Apresentação em PowerPoint

Divulgação na mídia

CONCLUSÃO

LEI Nº 11.438/06

DECRETO Nº 6.180/07

PORTARIA Nº 114/08 (inclui as alterações trazidas pelas Portarias nº 141/08; 198/08 e 237/08)

PORTARIA Nº 166/08 (inclui as alterações trazidas pela Portaria nº 237/08)

MODELO DOS FORMULÁRIOS OFICIAIS PARA ENCAMINHAMENTO DE PROJETOS DESPORTIVOS

MODELO DE RECIBO

MODELO DE RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DA RECEITA E DESPESA

MODELO DE RELATÓRIO DE PAGAMENTOS

MODELO DE RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA

MANUAL DE IDENTIDADE VISUAL DA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE (COLORIDO)

BIBLIOGRAFIA

ANEXO 1: Informações sobre a nova sistemática para apresentação de projetos desportivos (formulários eletrônicos)



MANUAL COMPLETO DA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE - 2ª Edição
Como elaborar projetos e captar recursos através da Lei nº 11.438/06

Visite o site: www.incentiveprojetos.com.br e saiba mais sobre a obra e como adquirir.